

Um governo subalterno e decepcionante

MILTON TEMER*

Para avaliar o primeiro ano do governo Lula seria interessante fazer um jogo de alternativas. O que diriam as lideranças do Partido dos Trabalhadores, nos debates parlamentares da Câmara e do Senado, caso Serra tivesse ganho a eleição e apresentasse os índices a que chegamos depois de um ano de administração petista?

O primeiro ano do governo Lula foi simplesmente decepcionante. E não há como classificar de outra forma, a partir dos dados explicitados pelas diversas pesquisas do próprio IBGE. O que esses dados traduziram, de maneira concreta? Traduziram a absoluta subalternidade do governo aos paradigmas da economia virtual – aquela que se funda nos índices do famigerado “mercado” – em detrimento da economia real – aquela que se pauta nos índices da necessidade de emprego, e de distribuição de rendas, com prioridade para o setor produtivo da sociedade. Para os que vivem de salário resultante de seu próprio trabalho.

Não vou entrar em detalhamento numérico comprovando a correspondência entre queda do PIB, aumento recorde dos lucros bancários e perda do valor real do rendimento dos trabalhadores, para além do desemprego crescente. Tais dados já foram cansativamente esmiuçados, sem que nenhuma contestação se lhes pudesse fazer. O que se trata, aqui, é de analisar causas e desdobramentos.

Como causas, não há o que contradizer: esse governo não se submeteu a necessidades de transição de uma “herança maldita” a um “espetáculo de crescimento”. Esse governo fez uma opção definitiva, atentando somente para a lógica do poder pelo poder. Sem nenhum compromisso com aquilo que representou o elenco de heróicas lutas em duas décadas de história partidária.

Aí está a questão essencial. Para garantir trégua com seus adversários de sempre, Luiz Inácio os transformou em privilegiados da nova ordem petista. Expulsa da legenda aqueles que se mantiveram fiéis ao conjunto de princípios e doutrinas

* Jornalista, ex-deputado federal PT/RJ e um dos articuladores do movimento pela organização de um novo partido socialista no Brasil.

consolidadas nos vários Congressos e Encontros Nacionais, e acolhe, com tapete vermelho, personagens, no mínimo, obscuras em sua vida pública, incapazes de resistir a qualquer investigação mais séria sobre sua trajetória.

O “novo PT”: pragmatismo sem princípios

Há uma grande diferença da conjuntura internacional entre a primeira campanha presidencial de Lula, em 89, e as que se seguiram. Entre elas, deu-se a derrubada do Muro de Berlim. O que não foi pouca coisa pois, a despeito de tudo o que havia de podre no chamado “socialismo real” do Leste Europeu, principalmente no período de estagnação do corrupto período Brejnev, o mundo do trabalho foi colocado no canto do ringue.

Criaram-se condições para a total hegemonia do capital, com especiais condições para sistema financeiro, beneficiado por uma desregulamentação crescente, e predatória, operação-símbolo da versão atual da globalização. Criaram-se as condições para a imposição de um enredo de privatizações e contra-reformas em todos os países – e não só nos ditos emergentes –, desmontando o conjunto de conquistas sociais consolidadas, principalmente, a partir da Revolução Russa e da vitória das forças democráticas na Segunda Guerra Mundial.

Nesse quadro, haveria duas alternativas. Ou bem se submeter aos ditames das instituições internacionais de crédito – todas, controladas pelos grandes especuladores internacionais – ou bem enfrentá-los, com projeto próprio, fundado na garantia do poio da mobilização social, através de 52 milhões de votos.

O governo Luis Inácio não hesitou. Optou por se dobrar. Por se aviltar. Diferentemente, por exemplo, do governo Kirchner, que nunca se pretendeu do mesmo significado simbólico, e que já começa a colher os bons frutos de sua atitude mais digna. O governo Luis Inácio optou por ser festejado exatamente pelos que se locupletaram com sua vilania: os agentes da grande especulação internacional, e seus cúmplices no Brasil.

Transformou-se, por aí, num instrumento muito mais eficaz, na defesa dos interesses desse setor abominável, do que o foi o próprio governo FHC que o antecedeu.

E por que isso? Porque, por conta do passado de esquerda, hoje renegado – “nunca fui de esquerda”, afirmou o próprio Presidente –, guarda um capital imenso para soluções paliativas demagógicas. “Deixem para me julgar no fim do mandato”, “Vamos assentar o que prometemos”, e outras afirmações do gênero são os instrumentos que complementam o afluxo maciço de cestas básicas para os incontáveis assentamentos hoje deixados em compasso de espera. Evidentemente, as lideranças do MST não são ingênuas. Mas não têm como se sobrepor à capacidade de Luis Inácio se dirigir diretamente a suas bases, por conta da gordura de credibilidade de representante de classe que ainda guarda.

Nesse contexto, o que fez a direção do PT, partido criado e desenvolvido dentro da preliminar da contestação de socialismo com partido único, e servindo de corrente de transmissão do Poder Executivo? Aviltou-se, colocando em uma resolução de Diretório – por coincidência, o mesmo que deliberou pela expulsão da senadora Heloisa Helena e dos deputados federais Luciana Genro, Babá e João Fontes – a imposição de fidelidade às decisões de governo, como determinação partidária. Ou seja, transformou-se em correia de transmissão do Planalto, quebrando o conceito elementar de política de alianças. Passou a ser o vetor mais conservador de uma composição que centro-direita, abrindo mão, totalmente, de disputar a hegemonia programática. O que realmente seria muito difícil nisso que, muito mais que política e alianças, é um pacto de anormais.

Existe alguma possibilidade de retorno às opções que construíram um patrimônio de valores partidários absolutamente original em nossa história republicana? Considero quase impossível. Depois, aliás, da implantação do Instituto da Cidadania, o partido passou a desempenhar papel secundário no projeto decisório da disputa do poder real. As instâncias partidárias foram substituídas pela “patota” da confiança pessoal do próprio Lula. Foi nesse espaço, aliás, que se construiu a estratégia de “conquista do poder pelo poder”, sem nenhum compromisso com o objetivo estratégico consagrado nos documentos partidários até hoje: um Brasil socialista.

Lula se definiu. E com ele o PT. Por um pragmatismo sem princípios, onde os principais agentes políticos são exatamente os principais adversários tradicionais. E os principais inimigos, os que se mantiveram coerentes com os princípios doutrinários elaborados ao tempo em que Lula não ousava dizer que “nunca havia sido de esquerda”.

A base social original do governo Luis Inácio só tem a ganhar com as prioridades da luta antiimperialista no contexto atual. Só terão benefícios – direta e indiretamente – com a redução do superávit fiscal a que o governo, voluntariamente se obrigou, e que é 50% superior ao que a Argentina impôs em suas negociações; com a redução da taxa de juros e com a regulamentação do câmbio e do fluxo de capitais especulativos. Só poderá ter benefício com a revisão de privatizações criminosas nos setores estratégicos de nossa economia, que entregaram empresas de alto nível competitivo, e de propriedade pública, às grandes corporações internacionais. E o que é pior, com financiamento em grande parte fornecido pelo próprio BNDES.

TEMER, Milton. Um governo subalterno e decepcionante. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.18, 2004, p.149-151.

Palavras-chave: Governo Lula; Partido dos Trabalhadores; Brasil.